



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO – BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**PROJETO DE PESQUISA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

PARTICIPAÇÃO DA MULHER GUINEENSE NO ÂMBITO POLÍTICO

IVANIA IVANOVICA TAVARES SÁ

**ACARAPE
AGOSTO DE 2019**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO – BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**PROJETO DE PESQUISA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER GUINEENSE NO ÂMBITO POLÍTICO NA
GUINÉ-BISSAU**

Projeto de pesquisa desenvolvido na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso III para obtenção de título de graduado, sob regência da Prof. Dra. Antônia Suele de Souza Alves Pereira e para nortear a execução de pesquisa e escrita de artigo.

IVANIA IVANOVICA TAVARES SÁ

Orientadora: Profa. Dra. Antônia Suele de Souza Alves Pereira

**ACARAPE
AGOSTO DE 2019**

LISTA DE SIGLAS

ANP - Assembleia Nacional Popular

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CNE - Comissão Nacional das Eleições

CFPPM - Ciclo de Formação em Participação das Mulheres na Política e nas Esferas de Decisão na Guiné-Bissau

LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos

MGF - Mutilação Genital Feminina

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAIGC - Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo-Verde

PRS - Partido da Renovação Social

TV - Televisão

UE-PAANE - Programa de Apoio aos Atores Não Estatais - União Europeia

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1.OBJETIVO.....	5
1.1.Tema.....	5
1.2. Delimitação do tema.....	6
1.3. Objetivo geral.....	6
1.4.Objetivos específicos.....	6
2.JUSTIFICATIVA.....	6
3. OBJETO DE ESTUDO.....	8
3.1. Problemas.....	8
3.2.Hipóteses.....	8
4. REFERENCIALTEÓRICO.....	9
5.METODOLOGIA.....	22
5.1.Realização da pesquisa piloto.....	23
6. CRONOGRAMA.....	26
7. REFERÊNCIAS.....	26

APRESENTAÇÃO

Segundo a Nhaga (2016 apud Organização Mundial de Saúde [OMS], 2013; Pinto, 2009), a Guiné Bissau é um país situado no continente Africano, está localizado concretamente na costa ocidental da África e é banhado pelo oceano Atlântico. O país tem 1.548.159 de habitantes e a sua superfície territorial é de 36.125km². Tem fronteira com a República de Guiné Conakry e a República de Senegal.

Posto que a sociedade guineense enfrenta grandes problemas de desigualdade de gênero sobretudo no contexto político guineense decidimos realizar este trabalho que tem como objetivo, analisar a participação da mulher no âmbito político na Guiné-Bissau desde o ano 1995 á 2012.

A guiné-Bissau é um país cheio de biodiversidade cultural onde cada etnia tem a sua cultura (seus usos e costumes).O arquipelagos de bijagós que também faz parte do território guineense é constituído por mais de tem 80 ilhas.

O país foi colonizado pelos Portugueses desde o ano 1846 os Portugueses começaram a colonização no território guineense onde traficavam e escravizavam a população nativa. O país só passou a ser independente no dia 24 de Setembro de 1974, sendo assim, a Guiné-Bissau passou a ser o primeiro país independente da colônia Portuguesa em África.

Guiné-Bissau é um país laico onde cada um é livre de escolher a sua religiao de acordo com as suas crenças religiosas. De modo que o país tem diversas etnias onde cada um tem a sua língua, a língua mais falada é o crioulo que é pronunciado quase por todas as etnias na sociedade guineense, devido a colonização a Guiné-Bissau tem como língua oficial o Português.

1. OBJETIVO

1.1. Tema

Participação da mulher no âmbito político.

1.1.1. Delimitação de tema

- Participação da mulher guineense no âmbito político na Guiné-Bissau desde o ano 1995 a 2012.

1.2. Objetivo Geral

- Neste presente projeto iremos analisar a participação da mulher Guineense no âmbito político na Guiné-Bissau, procurando assim, compreender a posição que a mulher Guineense ocupa no âmbito político.

1.2.3. Objetivos Específicos

- Analisar quanto é a participação da mulher guineense dentro da política.
- Investigar quais as posições que a mulher ocupa dentro da política guineense.
- Perceber o que motiva as mulheres guineenses a fazerem parte da política.

2. JUSTIFICATIVA

Durante séculos as mulheres sempre foram colocadas como as mais frágeis de que os homens. Por esta razão, a mulher nunca podia tomar parte perante uma importante decisão política, familiar e cultural. Em qualquer eixo social, as mulheres eram aceitas para participar num dado local social somente para acordar com as decisões tomadas pelos homens, mesmo quando não concordam com as opiniões dos homens, elas são obrigadas a aceitar porque não tinham o poder e o direito a fala.

A razão de escolher este relevante tema que é relacionado à mulher no âmbito político, veio da preocupação que viemos tendo de quais os lugares que são postas as mulheres pelas nossas sociedades, não só, e o porquê que a maioria de percentagem das mulheres são postas abaixo do processo da decisão no âmbito político e em vários contextos social.

A relevância social desse presente trabalho pretende perceber o porquê da fraca participação das mulheres no âmbito político da sociedade guineense, mesmo com a declaração de igualdade dos direitos humanos, o gênero feminino enfrenta sérias inferiorizações perante o gênero masculino. O trabalho tem a importância de capacitar os homens de que o lugar que a mulher guineense pode ocupar não é só ficar em casa, cuidar dos trabalhos domésticos e das crianças, pretende mostrar que as pessoas do gênero feminino também são humanos capazes de fornecer boas ideias que podem ajudar no desenvolvimento social, cultural e política na sociedade guineense.

Deste modo, pretendemos focalizar em compreender quais decisões o governo toma perante preconceito que as mulheres vivem sofrendo durante muito tempo, analisar incentivos feitos pelos governantes na comunidade guineense e as medidas tomadas pelos mesmos no caso da educação das meninas.

O presente trabalho tem muito valor no contexto social, porque ajudará as pessoas da sociedade a saber que a mulher tem o mesmo direito que os homens e ensinar a sociedade que as pessoas do gênero feminino também têm direito a escolaridade e tempo para estudar, além disso de ter tempo para exercer os seus deveres escolar, mas não só ficar em casa a ajudar nos trabalhos doméstico enquanto os meninos estão a estudar ou cuidar dos deveres escolares.

Reafirmamos a relevância deste projeto, porque ajudará a sociedade a saber mais a respeito do lugar que a mulher pode ocupar nas tomadas das decisões dentro da sociedade, ajudando assim, a mulher a deixar de concordar com todas as decisões, mas sim, ouvir e também contribuir com o seu raciocínio, isto é dar a opinião de que achar sobre um dado problema.

Além disso, iremos contribuir para o incentivo de debater e refletir mais a respeito sobre o assunto, de maneira que ainda não é muito debatido na sociedade guineense, estes debates que similarmente seria relevante na percepção dos indivíduos que viam as mulheres como inferiores e incapazes em ajudar no desenvolvimento da sociedade, o trabalho pode proporcionar à sociedade a começarem a entender melhor que a mulher é capaz de ocupar importantes lugares da decisão. Com isso, iremos informar as mulheres a se empoderarem, isto é, a confiarem mais nos seus potenciais. Do mesmo modo, vai ajudar as outras pessoas na sociedade a valorizar mais a fala do gênero feminino. Ainda não é falado muito sobre este presente tema, por esta razão, este projeto possibilitará as pessoas interessadas a trabalharem com este tema a saberem e aprofundarem mais em abordar sobre a mulher na esfera política.

3. OBJETO DE ESTUDO

3.1. Problemas

3.1.1. Problema geral

➤ Quanto é a participação da mulher guineense, qual cargo ocupa e o que as motivam para entrar na política?

3.1.2. Problemas específicos

3.1.2.1. Quanto é participação da mulher guineense dentro da política?

3.1.2.2. Quais as posições que a mulher ocupa dentro da política guineense?

3.1.2.3. O que motiva as mulheres guineenses a fazerem parte da política?

3.2. Hipóteses

3.2.1. Hipótese geral

➤ A participação das mulheres na política é vista em menor quantidade em relação aos homens e devido à pouca frequência de presença feminina na política faz com que exista pouca representatividade das mulheres nas esferas políticas.

3.2.2. Hipóteses específicas

3.2.2.1. A participação da mulher na política ainda se apresenta em pouco quantidade comparado ao quantitativo dos homens.

3.2.2.2. As mulheres têm ocupado espaços em alguns cargos políticos, porém, ainda com pouca representatividade.

3.2.2.3. As mulheres como sendo sujeitos subalternizadas, começaram a fazer política com intuito de ter os seus direitos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Com propósito de averiguar a questão da mulher guineense dentro da esfera política na Guiné-Bissau, vamos analisar as dificuldades que a mulher enfrenta dentro do contexto político. Iremos fazer este trabalho, baseando assim, nas ideias dos autores que já articularam sobre o assunto a ser tratado. Primeiramente vamos abordar sobre o conceito gênero, sua abordagem histórica, teórica e conceitual e no nosso cotidiano, em seguida, examinaremos o gênero na sociedade guineense, do mesmo modo vamos analisar a discriminação do gênero feminino e as dificuldades que as meninas enfrentam perante sua vida cotidiano dentro do contexto social guineense, isto é, obstáculos que as meninas encaram durante o percurso acadêmico, social, cultural e político.

Iremos observar o que se espera da mulher dentro da sociedade guineense e em quais situações ela é colocada dentro dos importantes lugares das tomadas das decisões e também, veremos as organizações em que as mulheres guineenses participam, nesse caso as ONGs que lhes sensibilizam sobre os seus direitos.

4.1 Conceito gênero, sua abordagem teórica e conceitual

O documento de UE-PAANE (2015) mostra que o Gênero é um produto do processo de socialização que ensina as pessoas as normas, crenças e expectativas sobre ser um homem ou uma mulher. (P.8)

Por este motivo, o sexo é atribuído biologicamente, enquanto o gênero é apreendido de acordo com a cultura de um indivíduo num contexto social onde se encontra.

Desde sempre, culturalmente, é ensinado aos homens e as mulheres o quão se devem se comportar de acordo com os seus gêneros criando assim uma realidade dentro do contexto social, isto é, para que esses indivíduos saibam distinguir o sexo masculino ou feminino, obrigando esses a comportar assim de acordo com as leis postas nessa sociedade. Segundo a concepção da Duarte (2012, p. 12)

A noção de gênero adquire um duplo caráter epistemológico. De um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tão simbólicos quanto materiais, e de outro, como categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais. (DUARTE 2012, P.12)

Como podemos ver acima, dentro da sociedade é construído a ideia de que o sexo feminino é inferior que o sexo masculino, dando assim aos homens a influência sobre as mulheres que são consideradas como as quais que devem sempre se submeter as pessoas do sexo masculino, essas ideias acabam a afetar a mente de ambos sexos, por esta razão, a maioria dos homens são machistas e muitas das mulheres ao produzir esta ideia de obediência, acabam a submeterem em face aos homens, e esta realidade social faz com que a noção de gênero dedica transparência para mulheres, focando assim em muitos tipos de discriminações que elas sofrem.

O documento de UE-PAANE (2015), vem nos mostrando que a Igualdade de gênero significa que mulheres e homens, meninas e meninos devem desfrutar do mesmo status na sociedade; gozam dos mesmos direitos e oportunidades; o mesmo nível de respeito na comunidade podendo então aproveitar as mesmas oportunidades de fazer escolhas sobre suas vidas, e têm o mesmo poder de moldar os resultados dessas escolhas.

Mas também descreve que a Igualdade de gênero não significa que homens e mulheres, ou meninas e meninos sejam os mesmos, relata que essas têm necessidades diferentes relacionadas com prioridades, face a diferentes restrições e desfrutam de diferentes oportunidades. O mesmo documento ainda ressalta que:

A abordagem da igualdade de gênero é sobre a compreensão dessas diferenças relativas, e acima de tudo saber se elas não são rígidas. Podem ser mudadas, através de formulações políticas, programas e serviços que podem ser desenvolvidos para que haja transformações de relações necessárias entre mulheres e homens, meninos e meninas a fim de ter uma sociedade mais justa para ambos os sexos. Como sabemos, patriarcalmente o homem é privilegiado a ser o mais importante que as mulheres e isso faz com que esses achassem que são melhores que as pessoas do sexo feminino, têm a ideia de que são mais inteligentes e mais fortes e melhores que as mulheres. (UE-PAANE, 2015)

Segundo Duarte (2012) o conceito gênero, vincula-se à trajetória do movimento feminista contemporâneo, que foi capaz, de acordo com Silva (2000), desnaturalizar e historiar a subordinação da mulher, procurando compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos, mostrando como que

esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. (DUARTE, 2012, p.12).

4.2 Pensando gênero no contexto social guineense: O que se espera das mulheres na sociedade guineense?

Há muitos anos, na Guiné-Bissau, os homens são considerados melhores que as mulheres, esta visão faz com que muitas pessoas do sexo feminino deixassem de participar em grandes lugares de tomada de decisão e muitas delas se sentem constrangidos de opinar ou lutar por uma boa causa dentro da sociedade, porque a sociedade em sua maior parte, mostra que o lugar da mulher é na cozinha, cuidar do marido, da casa e dos familiares. Assim sendo, a maioria das mulheres mesmo possuindo grandes recursos financeiros, até mais que alguns homens, se submetem a eles, elas, até podem ser a proprietária da casa, mesmo tendo uma certo pensamento ou opinião, não colocam essa ideia em prática, elas sempre esperam que todas as decisões sejam tomadas pelos maridos ou de um homem de casa, mesmo se for elas que labutam de dia e de noite para dar de comer em casa ficam à espera da decisão dos homens, posto que é mais considerado a voz do homem de que de uma mulher. Como podemos ver no seguinte texto:

Pode dizer-se que, apesar de estarem presentes em todas as esferas da vida, as mulheres são quase sempre relegadas para segundo plano. Segundo Barros & Semedo (2012), as responsabilidades de que são incumbidas não são tidas como significativas ou de grande importância para a comunidade, apesar de as atividades subjacentes às suas responsabilidades serem vitais para a comunidade. Na tomada das grandes decisões elas são dispensadas, assim como na tomada de decisões que têm a com a comunidade e com a sua própria vida. Estamos a falar dos séculos passados, de um passado recente da História de algumas comunidades, mas esse cenário, infelizmente, ainda hoje, no século XXI, é vivido por milhares de mulheres em vários países do mundo. (BARRROS & SEMEDO 2012 Apud BARROS & SEMEDO 2013, P.16).

Como visto aqui em cima, muitas das mulheres guineenses, mesmo sendo competentes, capacitadas de dar boas contribuições em grandes esferas de tomada das decisões, não conseguem expressar essas opiniões, porque, em maioria das vezes as suas ideias são considerados inválidas em face a sociedade guineense, isso causa as mulheres a ter suas ideias individuais e faz com que muitas não habituassem a falar dos seus sentimentos perante um dado lugar social, político, cultural e tradicional, pois a sociedade fez com que as mulheres achassem que as suas ideias não são relevantes no momento de tomada de respeitável decisão.

Mulher guineense, mesmo sendo chefe da família, muitas das vezes ela ocupa o lugar de mãe e ao mesmo tempo do pai. Como podemos ver no texto de Barros e Semedo (2013), nos mostra assim, de que existe várias mulheres que vão trabalhar para trazer a comida para mesa e quando voltam para casa são elas que cuidam da casa, sobretudo as mulheres que só têm filhos do sexo masculino, são elas é que vão ao mercado para comprar os alimentos com que vão alimentar, mesmo se chegassem cansadas do trabalho chegam em casa e exercem o papel que a sociedade a encarregou a desempenhar como o seu dever, isto é cuidar da casa.

Na sociedade guineense, é reproduzido a lógica de que os homens são melhores que as mulheres, essas ideias fazem com que muitas das pessoas de gênero masculino pensassem que são mais importantes, fazendo assim, o preconceito contra o gênero feminino. A maioria dos indivíduos da sociedade os consideram como o tal, isto é, de que eles têm as ideias mais relevantes de que as pessoas do gênero feminino, por isso, na Guiné-Bissau os pensamentos ideológicos masculino são mais colocado dentro dos importantes lugares da tomada de decisão, por este motivo eles sempre são mais privilegiados que as mulheres dentro do contexto social, esses privilégios que eles abarcam fazem com que exista a desigualdade entre os homens e as mulheres. Como podemos ver no texto de UE-PAANE (2015), que vem nos explicando de que:

As desigualdades entre os homens e as mulheres, ou seja, as desigualdades de gênero, expressam-se através de estereótipos e preconceitos transmitidos entre gerações e práticas discriminatórias que conduzem mulheres e homens, meninas e rapazes de gozarem de diferentes oportunidades e conseqüentemente de terem níveis diferentes de participação no processo do desenvolvimento e na esfera de tomada de decisão. (UE-PAANE, 2015, P.5.)

Como visto aqui em cima, no contexto social Guineense existe desigualdade entre o gênero feminino e o gênero masculino, nessa sociedade, é atribuído aos meninos e as meninas os seus devidos comportamentos e específicos papéis que devem desempenhar de acordo com os seus gêneros. As meninas, desde pequenas, são ensinadas a acordar bem cedo para cuidar da casa, se for mais velha, também são ensinadas a cuidar dos irmãozinhos, desde pequena, são auxiliados pelas mulheres mais experientes que as aconselham a ser submissas desde pequenas, mostram a elas como cuidar bem da casa, da comida, com intuito de agradar o seu futuro marido quando crescer; enquanto os meninos são criados a dormir e acordar na hora que quiserem e depois ir jogar a bola sem se preocupar em ajudar a arrumar a casa ou preparar o pequeno almoço, desde pequeno, meninos são ensinados a serem mais decisivos e mais fortes, em qualquer que seja

situação os meninos são ensinados a serem mais corajosos que as meninas, mesmo se for uma coisa tão triste e emocional são ditos assim em crioulo da Guiné-Bissau “omi ka ta tchora i nim i ka dibi di tchora” o que em português significa: “O homem não chora e nem se deve chorar”.

As mulheres são vistas como as mais frágeis, que sempre precisam ficar de boca calada, que todos os assuntos de que podem ser impactados na sociedade devem ser resolvidos pelos homens, tudo mostra que as meninas ao todo momento sempre ficam atrás das decisões tomadas pelos homens, posto assim a Duarte (2012) vem nos mostrando de que:

[...] às mulheres continuam a ser reservadas o grosso das responsabilidades pelo trabalho reprodutivo (o cuidado da casa e da família e as tarefas a elas associadas) que, além de não ser reconhecido socialmente, não é distribuído de forma equitativa, o que condiciona as suas oportunidades e impõe restrições e barreiras bem reais, ao gozo e exercício pleno dos direitos e das liberdades fundamentais nos domínios económico, político, social, e cultural. (DUARTE 2012, p.3)

As divisões de deveres e de comportamentos especificados e atribuídos pelos os homens e mulheres faz com que as meninas cresçam a prestar serviços domésticos as pessoas do gênero masculino. Mesmo com todas essas ideologias enraizados nas mentes da maioria da população guineenses, muitas das mulheres não vêm esta ação como justo, as pessoas da camada feminina, sofrendo assim a desigualdade de gênero, começaram a ter outros pensamentos sobre estas ideias postas dentro da sociedade guineense, muitas das mulheres já estão a ganhar força e coragem para dizer não a este ato de inferioridade que é implantado a elas, por este motivo muitas delas já estão lutando contra este ato de subalternização contra as meninas, começaram assim a participar nas ONGs (Organizações Não Governamentais) que visa pensar e falar da situação da mulher, ajudando-a a conhecer mais sobre si e conhecer melhor os seus direitos que ela pode exercer dentro da sociedade, posto que tem o mesmo direito que os homens, é mostrado a ela que também tem direito de opinar e participar em relevantes lugares de tomada de decisão, lutando da mesma forma para conquistar o seu lugar na sociedade e impedir a discriminação do gênero contra as mulheres.

4.3 Apoios dos ONGs aos movimentos de emancipação do empoderamento das mulheres guineenses

As Organizações de comunidades internacionais sempre tinham vindo a apoiar as sociedades africanas sobretudo a ordem máxima de comunidades internacionais como a ONU, vem tomando medidas sobre a questão de gênero em que acabou por colocar normas que estabelecem os direitos humanos. Criou também algumas organizações que visam ajudar os indivíduos da sociedade a conhecer e exercer os seus direitos

O documento de UE-PAANE (2015), mostra que as mulheres com novas visões políticas, criaram um movimento onde começaram a luta pela emancipação feminina contradizendo, assim, a dominação dos homens nos aspetos sociais, com o intuito de acabar com disparidade de gênero. Também ressalta que esses movimentos tiveram origem no ocidente nas décadas de 60 e 70 quando as primeiras reivindicações incitaram a ordem tradicional que excluía a mulher do mundo público. A luta das mulheres assentava-se nos esforços para eliminar a discriminação, violência, preconceito, estereótipos e ganha cada vez mais visibilidade na sociedade. Sempre existe o homem e a mulher dentro da sociedade, esses têm o mesmo direito, às vezes existem choques dentre eles por motivo do homem se achar superior. Barros e Semedo (2013) ressaltam que a:

Consciência, percepções, participação são conceitos que, ligados à prática política das mulheres na Guiné-Bissau, nos conduzem ao quotidiano dos sujeitos de direitos mulheres e homens, pois é no convívio diário que os conflitos, as tensões, as liberdades e o impedimento de viver as liberdades individuais são expressas nas suas mais diversas formas; é também no quotidiano que surgem as tentativas de resolução de conflitos reinventados sob várias roupagens. (BARROS & SEMEDO, 2013)

O documento de UE-PAANE (2015) relata que na sociedade guineense podemos ver claramente que existe muita desigualdade entre o gênero feminino e masculino, visadas no contexto sociocultural económicos e políticas que coloca a mulher num lugar inferiorizado, rebaixamento a essas mulheres, causa problemas de desenvolver o seu potencial para exercer os seus direitos na sociedade.

As mulheres sempre foram importantes em desempenhar boas ações que ajudam no desenvolvimento da sociedade guineense. Muitas das pessoas não conseguiam ver isso claramente, porque nem se interessavam com os seus bons atos, de certeza se recaíam mais na lógica eurocêntrica que sempre visa ver a mulher atrás das decisões dos homens, por isso mesmo, se ela fizer um fato plausível, o homem é que leva o crédito, pois são eles os mais beneficiários da maioria das coisas na sociedade. Apesar disso, existem algumas pessoas que têm outro tipo de percepção perante a mulher, essas ajudam a dar oportunidades às mulheres, de modo que podemos ver no texto de Barros e Semedo

(2013), que ressalta sobre a entrevista dos combatentes da liberdade da pátria da Guiné-Bissau, que testemunharam sobre a participação do ciclo da formação das mulheres na política e nas esferas a decisão na Guiné-Bissau (CFPPM). O texto mostra o encorajamento que a camada feminina recebeu do líder Amílcar Lopez Cabral durante a luta da libertação, ele aconselhou as mulheres a participarem e para que cada um desempenhe a sua função a fim de ter a sua autonomia, assim para que possam ser reconhecidas como as que lutaram ao lado de homens.

O texto de Barros e Semedo (2013), nos relata as dificuldades que as mulheres guineenses enfrentam, ressaltam que, a mulher, mesmo sendo reconhecida na sociedade, tendo seus direitos, ainda por cima é atribuída a ela a cumprir os deveres que a sociedade colocou como obrigatória para ela desempenhar. Essas ocupações fazem com que exista fraca participação das mulheres no âmbito político, não por falta de competência política, mas sim, devido a uma educação política modelada a uma educação familiar e uma sociedade que limita as mulheres, por culturas com aspetos prejudiciais à participação das mulheres na vida pública. Os autores ainda ressaltam as barreiras que prejudicam as mulheres guineenses a conseguirem chegar no patamar mais alto na esfera política, acadêmica e sociocultural, conforme os autores:

Os rapazes têm mais liberdade de falar e são treinados a discutir e a serem persistentes, pois serão no futuro, conforme reza a tradição, chefes de família. Omi ka ta moli [o homem não deve ser mole/ o homem deve ser firme]; matchu ka ta tchora [o verdadeiro homem/macho não chora], são adágios guineenses que vêm reforçar a ideia do macho que deve ser forte (BARROS & SEMEDO 2013, p.27).

Como escrito acima, os meninos sempre têm mais prioridades que as meninas em vários contexto social, por isso que as meninas e os rapazes, seguindo as supostas práticas culturais e tradicionais, como por exemplo a divisão do trabalhos domésticos, privilegia os rapazes a ficarem sem fazer nada, quando saírem da escola os meninos vão logo brincar enquanto as meninas ficam em casa para apoiar as mães nas lidas caseiras e são, desde a tenra idade, sobrecarregadas com vários trabalhos, muitos deles, inapropriados pelas suas idades. Os autores relatam que as meninas têm menos direitos a expressar, enquanto os rapazes têm bastante direito a fala porque desde sempre são ensinados a persistir e debater, porque segundo a narrativa da sociedade, futuramente serão eles os que vão liderar a família.

Os escritores mencionados acima ainda ressaltam que o casamento precoce e forçado no núcleo familiar é um dos fatores mais prejudiciais às mulheres e às meninas

na Guiné-Bissau, como podemos ver no texto, nesse tipo de núcleo familiar, os pais e os tios preparam as meninas de 13 e 14 anos de idade a se casar, esses tipos de atos acontecem mais nas zonas rurais dependendo das formas física das meninas, os encarregados, obrigava as meninas adolescentes a se casarem com pessoas mais velhas, por isso, muitas não conseguem frequentar a escola ao contrário dos rapazes com a idade de 13 ou 14 não são forçados a se casarem e a maioria conseguem ir para a escola sem ter com que se preocupar.

Ainda conforme os autores, as meninas, mesmo sofrendo abuso sexual com os seus parceiros, não conseguem se expressar porque são criadas a respeitarem os mais velhos e os seus companheiros, assim, para poderem ter em troca o respeito dos agregados da sociedade, ficando silenciada com esses abusos que, em vários momentos, danificam o psicológico das meninas e enfatiza-as a ficarem deprimidas, e a depressão as conduzem a permanecer longe de acreditar nelas mesma e nos seus potenciais de fornecer boas ideias ou de defender a sua opinião publicamente.

Por que as mulheres tendem passar por toda esta discriminação? Será que homens não conseguem perceber que elas também têm sentimentos como os homens e de que enfrentam sérias problemas que causam depressões? O documento de UE-PAANE (2015, p. 10) vem nos mostrando de que:

Discriminação de género descreve a situação em que as pessoas são tratadas de forma diferente, simplesmente porque elas são do sexo masculino ou feminino, ao invés de serem tratadas com base nas capacidades individuais. Por exemplo, a exclusão social, a incapacidade de participar em processos de decisão e acesso restrito e controle de serviços e recursos são resultados comuns de discriminação. (UE-PAANE, 2015, p. 10)

O texto ainda ressalta que quando a discriminação desta natureza faz parte da ordem social é chamado “discriminação de género sistémica”. Como, por exemplo, a maioria dos pais preferem dar oportunidade para os filhos, ajudando-os a terem formação superior enquanto as filhas são postas a ficarem em casa a ajudar com tarefas domésticas.

Como podemos ver, a mulher é criada a não confiar no seu potencial e faz com que ela sinta a falta de confiança sobre si mesma, por isso que em muitas das circunstâncias há mais relevância a intervenção e opinião dos homens antes de tomar decisões. Em vista disso, muitas mulheres dão menor importância a opinião das pessoas do mesmo género, entendendo assim, que os homens conseguem refutar melhor ideias que as mulher.

4.4 A mulher como sujeito subalternizada sob Influência religiosa e tradicional na Guiné-Bissau

A questão religiosa e cultural tem grande impacto ou predominância em qualquer que seja contexto social, logo, a sociedade guineense não ficou de fora nessa lógica, por este motivo convém trazer as questões positivas ou negativas que incute uma visão eurocêntrica de superioridade do gênero masculino sobre o gênero feminino dentro da comunidade guineense.

Segundo a Lopes (2011, p.30), as mulheres da Guiné-Bissau são aquelas que suportam grande parte da carga da pobreza. A autora ainda ressalta que:

As Mulheres estão menos inseridas e envolvidas nos circuitos económicos formais e normalmente enveredam ou pelos empregos informais, ou por aqueles mal remunerados. Desempenham um papel fundamental na tradição familiar, uma vez que são responsáveis pela família e gestão da casa, educação dos filhos e maioritariamente (principalmente nas zonas rurais) executoras de actividades económicas, tais como a agricultura ou a pesca. (LOPES, 2011, p.30),

O relatório de liga dos direitos humanos LGDH (2013, p. 27) relata que: As disparidades existentes entre os homens e as mulheres, a ausência de oportunidades e a existência de discriminações, são resultados da situação social diferenciada do homem e da mulher tal como configurado pelo sistema social dominante. Qualquer redução de disparidade de gênero implica necessariamente uma ação sobre esta desigualdade estrutural.

No relatório ainda é relatado que economicamente, a participação da mulher é muito fundamental na Guiné-Bissau, é visível ver a contribuição das mulheres guineenses na fundamentação das atividades econômicas, sobretudo a nível de produção rural familiar no quadro do setor informal nas zonas rurais e urbanas. Ainda demonstra que as mulheres mesmo sendo vítimas de várias discriminações e injustiça, ainda conseguem desempenhar importante função em toda área do desenvolvimento social, como no caso da educação das crianças e nos cuidados de saúde dos agregados familiares.

O texto ainda vem nos mostrando que a violência com base no gênero, que acontece na realidade guineense, manifesta-se em diversas formas nomeadamente com as violências físicas, sexuais, econômicas, psicológicas, em ter outras. Salientam-se alguns tipos de violência, tais como o casamento forçado e precoce, a mutilação genital feminina, abuso e violência sexual. LGDH (2013, p.32,).

O relatório de Liga guineense dos Direitos Humanos nos alega que a violência baseada no gênero que acontece na comunidade guineense é vista de várias formas, várias mulheres são violentadas fisicamente, sexualmente, economicamente e psicologicamente. Em vários dos casos é roubado a elas os seus direitos de escolher a pessoa com quem quer se casar. O relatório ainda relata que:

No que concerne ao fenómeno de casamentos precoces e forçados existem poucos dados disponíveis, mas segundo o Estudo sobre a Violência Contra as Mulheres, encomendado pelo governo da Guiné-Bissau, com o apoio do sistema das Nações Unidas, 41% das mulheres inquiridas afirmaram não ter escolhido o seu próprio marido. De acordo com este mesmo estudo, durante o período de 2006 a 2010, 764 casos de denúncias de casamento forçado foram apresentados em todo o território nacional. Naquele período foram ainda regista das 23.193 denúncias de diferentes tipos de violências em que as vítimas foram mulheres. (LGDH, 2013, p.31).

Como visto acima, muitas das mulheres são submetidas a casar com homens com os quais não querem se casar, são forçados pelos seus encarregados a se casarem com os homens que as vezes não conhecem em várias das circunstâncias são homens mais velhos (idosos).

4.5. Participação formal e informal das mulheres guineenses no âmbito político

As mulheres participam na política, enfrentando muitas barreiras patriarcais, elas, mesmo sendo inteligentes, com experiências de exercer um cargo político, muitas das vezes são travadas pelos homens, e os lugares que poderiam ocupar é reservado pelos homens, porque, eles são considerados os mais competentes.

Segundo Barros e Semedo:

O conceito de participação política é extremamente complexo na medida em que inclui um conjunto de estruturas, práticas, atividades e atores orientados para a influência dos seus interesses, mediante processos políticos nos quais se implicam. Nesta base, a participação política, dentro dos limites e padrões estipulados pelo sistema político democrático representativo, é orientado para espaços das decisões políticas nem sempre inclusivas e satisfatórias, cujo protagonismo dos partidos políticos enviesa o sentido do conceito de poder, no sentido de reciprocidade das relações humanas. (BARROS & SEMEDO, 2013, p.42).

Como visto acima, a participação política democraticamente é estipulada pelos lugares da decisões política compreensível e satisfatória reciprocamente para convivência entre humanos. O texto de Barros e Semedo ainda ressalta que:

Na Guiné-Bissau, a participação equilibrada de homens e mulheres nas estruturas de tomada de decisões esteve no cerne da mobilização e organização do movimento libertador e da luta de libertação nacional, elementos hoje que se encontram no cerne do funcionamento da democracia pluralista. Porém, a dinâmica dos processos políticos e das estruturas de decisão política na formulação de ações públicas, têm sido marcadas por uma perspectiva paradoxal, deixando a ideia de retrocesso significativo. (BARROS & SEMEDO, 2012, p.42).

O texto mostra que a mulher foi aceita na política em momentos difíceis, isto é, no momento da luta da libertação para ajudar a combater os colonizadores, e depois disso, as lutas delas são desvalorizadas e começou a predominar mais a lógica colonialista que coloca a mulher atrás das decisões dos homens. A desigualdade entre sexo masculino e feminino começou a falar mais alto principalmente os locais mais importantes da tomada da decisão, como representação do poder máximo, isto é órgão da soberania e outras estruturas governamentais e no setor privado.

Neste sentido, foi mostrado que em legislatura monopartidaríssima onde só tinha o PAIGC que é Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo-Verde, a primeira que foi realizado em 1973 a 1976, em cem por cento das pessoas só participou 8,3 por cento das mulheres, em segunda legislatura que aconteceu em 1976 a 1984, a percentagem das mulheres foi 12,6 por cento, em terceira legislatura de 1984 a 1989 por 14,6 e em quarta legislatura de 1988 a 1994 aumentou por 20 por cento. Na quinta legislatura que foi multipartidarismo em 1994 a 1999, a percentagem da mulher desceu bruscamente por 9 por cento. Por esta razão, perguntamos, por que a percentagem das mulheres desceu por nove por cento?

Segundo a Gomes (2016), a luta de libertação armada da Guiné-Bissau foi desencadeada em 1960 a 1970, nessa altura a mulher participava ativamente.

Abordar o tema da participação feminina na construção da cidadania ativa na Guiné-Bissau é um exercício complexo. Nesse país, as mulheres insurgiram-se ao lado dos homens desde os tempos da resistência à conquista colonial e também durante a luta pela independência. Demonstraram uma reconhecida capacidade em se implicar em ações em prol da preservação e da restauração da liberdade confiscada durante a experiência colonial¹⁴. Figuras imponentes como a da rainha Pampa da sociedade Bijagó que, no início do século XX, travou uma batalha sem tréguas contra a penetração portuguesa; histórias de mulheres responsáveis políticas como Carmem Pereira ou Teodora Inácia Gomes, ou de comandantes militares como Titina Sila, ou de governantes de largas regiões como Francisca Pereira, histórias de mulheres como Tenem Camara, membro de um dos Tribunais Populares instituídos nas áreas libertadas, nos anos 60 do século XX; as experiências históricas de Ana Lopes, de Lurdes Vaz e de Nhima Muskuta Turé, técnicas especializadas, enfermeiras e membros das milícias populares, todas elas contribuem para a construção de uma outra visão da História que procura resgatar as experiências sociais e políticas de homens e de mulheres, numa tentativa permanente de um

reconhecimento social e da procura de auto-estima. (GOMES, 2016, p.135)

O texto de Semedo mostra que na sexta legislatura multipartidarismo que aconteceu em 1999 a 2004 onde o PRS que é o Partido da Renovação Social, detém a maior relativa, nessa altura, a percentagem das mulheres desceu de novo diminuindo assim por 7,8 por cento, esta foi a altura que teve menos representação das mulheres no parlamento. O Barros e Semedo (2013) mostram que a fraca participação das mulheres no parlamento foi influenciada pelo conflito político-militar que aconteceu em 1998 a 1999, onde os homens mostravam a brutalidade, praticando assim machismo, dando mais espaço aos homens com mais competência econômica e reduzindo assim os números das mulheres na lista dos partidos políticos. Barros e Semedo (2013).

Vendo diminuir os números das mulheres na política guineense nos faz inquietar bastante, por esta razão, perguntamos, o que impulsionou a descida da percentagem das mulheres nos partidos políticos?

No contexto nacional é também através da Constituição da República que devem ser garantidas a igualdade dos direitos civis e políticos a cada pessoa, de forma não discriminatória. O Título II da Lei de Base do país está reservado à salvaguarda dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais. Neste âmbito, o Artigo 23º da Constituição da República da Guiné Bissau estipula o seguinte: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica”. O Artigo 24º incide especificamente sobre a igualdade de género, ao salientar que “homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. Apesar de o Artigo 49º prever que “todo o cidadão tem o direito e o dever à educação”, as normas e convenções sociais reduzem a mulher a um papel limitado, fazendo aumentar a disparidade e iniquidade. (ALMEIDA, 2014, p.28).

O trecho acima mostra que perante a lei, todos indivíduos têm o mesmo direito no contexto social guineense, seja na política ou na igualdade dos direitos civis, a constituição da república exige respeitar cada pessoa na sociedade, independentemente do sexo, etnia ou raça, também mostra que cada um pode diretamente ou indiretamente participar na política.

No texto de Barros e Semedo, é alegado que em sétima legislatura multipartidarismo que foi em 2004 a 2008, o PAIGC detém a maioria relativa, em cem por cento das pessoas, teve apenas 11 por cento das mulheres e em oitava legislatura que ocorreu em 2008 a 2012 o PAIGC detém a maioria qualificada e só participou 10 por cento das mulheres no parlamento.

O texto da Almeida (2014) vem nos mostrando que:

A participação política das mulheres é consideravelmente baixa. No parlamento, a média corresponde a apenas 10% de deputadas. Por sua vez, a presença de mulheres no executivo ascendia, em 2009, a 18,7% no cargo de ministras e 8,3% enquanto secretárias de Estado. No poder judicial a disparidade mantém-se com 28% de juízas e 13% de delegadas do ministério público [...] (ALMEIDA, 2014, p.28).

Já que todos têm os mesmos direitos, por que razão a mulher representa sempre a minoria dentre os participantes na política guineense e porque os homens sempre abarcam a melhor posição e maior número dentre os participantes na política da Guiné-Bissau?

O documento de liga dos direitos Humanos foi posto de que:

A Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB), nos seus artigos 24.º e 25.º estipula que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, e que o [...] homens e a mulher são iguais perante a lei, em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. Estes preceitos constitucionais traduzem a receção na ordem jurídica interna das disposições contidas nos artigos 1º e 2º da CEDAW, relativamente à igualdade entre a mulher e o homem e à não discriminação contra a mulher. (LGDH, p.26,2013)

O trecho acima é muito relevante porque diz respeito a igualdade de género entre os homens e as mulheres, nos mostra que independentemente de ser homem ou a mulher todos podem usufruir dos mesmos direitos e não a discriminação contra sexo feminino. Mas inquietamos, será que esta lei é respeitada na sociedade guineense ou só foi posto no papel?

Almeida nos mostra que na TV guineense:

[...] as mulheres são na Maior parte das vezes representadas junto à multidão, num plano subalterno e com pouco tempo de emissão, enquanto os homens aparecem geralmente em grandes planos, ou com muito tempo de antena. Quando efetivamente se envolve a mulher nas campanhas políticas, é apenas para assegurar mais votos aos políticos, reforçando o seu poder nas esferas de decisão. Da mesma forma, as relações de género que perpassam na rádio são organizadas ideologicamente, apoiando-se em determinados padrões e paradigmas que vigoram na sociedade guineense. (ALMEIDA, 2014, p.27)

O texto de Barros e Semedo (2013) nos mostra de que na abertura de Comissão Nacional das Eleições (CNE), nessa base de preparação de eleição nenhuma mulher participou, nas eleição de 1999 as de 2004 nenhuma mulher ocupou estrutura diretiva de CNE, as mulheres são postas mais parte a ocupar os lugares de administrativas, como no caso de secretarias.

Numa das primeiras eleições, presidenciais multipartidarismo de 1994, candidatou-se uma mulher chamada Antonieta Rosa Gomes, essa eleição foi ganha por candidato do PAIGC, antes do fechar esse ciclo eleitoral, aconteceu o conflito político-militar que começou no dia 7 de Junho de 1998 a Maio de 1999. Após o conflito o presidente Joao Bernardo Nino Vieira foi derrubado, e logo depois foi feita uma nova eleição onde participou de novo a Antonieta Rosa Gomes como a única mulher candidata, ela não conseguiu ganhar a eleição, o partido PRS saiu como vencedor, o seu candidato que foi Kumba Yalá se apropriou do cargo de presidente no ano 2000. Em 2003 Kumba Yalá antes de findar o seu mandato foi golpeado. No ano 2004 foi feita a eleição legislativa, em 2005 foi feita a eleição presidencial onde saiu como vencedor o candidato João Bernardo Nino Vieira, este antes de terminar o seu mandato foi assassinado no ano 2009, e daí o Raimundo Pereira que foi o presidente da assembleia nacional popular (ANP) foi colocado como presidente interino, em 28 de Junho de 2009, foi antecipadamente realizado as eleições presidenciais onde o Malam Bacai Sanhá saiu como vencedor e começou a exercer o seu poder como presidente, no janeiro de 2012, ele morreu de doença antes de terminar o seu mandato e foi substituído por presidente de ANP que foi o Raimundo Pereira. Prosseguindo com estes acontecimentos foi antecipadamente realizado uma outra eleição presidencial, na qual foi apresentado quatorze pré-candidatos e, entre todas estas, não participou nenhuma mulher. Barros e Semedo (2013).

Por que as mulheres, mesmo tendo o mesmo direito ou empenho com os homens na sociedade guineense, não alcançam o lugar mais significativo do poder político? Os autores Barros e Semedo (2013) realçam [...] que [...] as mulheres não aparecem no primeiro plano, mas, sim, nos bastidores do conflito como apoiantes de candidatos em conflito. Barros e Semedo (2013).

Com base no que refletimos até o momento, apresentaremos, a seguir, a metodologia que pretendemos utilizar para alcançarmos nossos objetivos.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa enquadra-se na metodologia qualitativa, que busca enquadrar a pesquisa bibliográfica que é aquela que é baseada na organização e leituras de obras que contemplem a temática Gil (2002). Neste trabalho, iremos analisar, coletar os dados e

obter informações através da entrevista e relatos sobre a percepção que pessoas do gênero feminino têm sobre as mulheres guineenses perante a política na Guiné-Bissau. Podemos afirmar também que esta pesquisa se caracteriza como pesquisa bibliográfica, tendo em vista que nosso trabalho focalizará em documentos oficiais do País, bem como, em revistas, artigos e outras ferramentas já escritas por outros autores.

Em relação aos procedimentos, faremos inicialmente, um apanhado de documentos oficiais de Guiné Bissau que mostrem dados sobre os participantes na política. Em seguida, faremos leituras em obras que abordem questões de gênero e participação da mulher na política. Além disso, utilizaremos entrevistas para saber a percepção das mulheres guineenses sobre a realidade política de seu país. Sendo este tipo de pesquisa a que consideramos a mais apropriada para alcançar nossos objetivos.

Para realizarmos esta metodologia, houve a necessidade de produzir uma pesquisa piloto em que obtivemos os resultados que apresentaremos a seguir e que tem a intenção de esboçar reflexões e testar se uma pesquisa com esse tipo de entrevista trará os resultados esperados.

5.1. Pesquisa piloto: entrevista com mulheres guineenses

Utilizei a entrevista aberta na qual os entrevistados são livres de responder e expressar o que pensam sobre o assunto que perguntei, esta oferece muitos dados ao pesquisador e o facilita muito no trabalho.

A pesquisa será feita com dez (10) mulheres guineenses, todas elas são estudantes universitárias que estão a viver aqui no Brasil e que estão a estudar aqui em UNILAB, de modo que a maioria delas não têm tempo devido a correria do percurso acadêmico, resolvemos fazer a entrevista por meio de internet, elaboramos cinco (5) questões e enviamos estes questionários para as meninas e elas também enviaram respostas pelas mesmas. A maioria delas decidiram enviar respostas por via e-mail e outras por via facebook.

Realizamos uma entrevista com 10 meninas guineenses e as seguintes perguntas foram:

O questionário das meninas guineenses terá as seguintes perguntas:

- 1-Você conhece ou tem informação sobre a participação política das mulheres em Guiné-Bissau?
- 2-Você acha importante a participação feminina na política ou isso não faz diferença para o país?
- 3-Você tem interesse em participar em algum cargo político? Qual?
- 4-Qual sua motivação para uma possível participação política no seu país?
- 5-Você, como mulher, se considera capaz de cumprir um cargo político? Qual seria a sua contribuição?

No primeiro questionamento, todas as meninas disseram que têm a informação sobre a participação das mulheres guineenses dentro da esfera política, onde algumas mostraram que a mulher, desde a luta armada, já estavam a participar na política, contribuindo e ajudando para o desenvolvimento do país, mas na atualidade são limitados os seus espaços na política.

Vale ressaltar que na segunda pergunta a maioria das mulheres acharam muita importância de ver a mulher a fazer parte da política, dizendo assim, que uma vez que elas fazem parte do país, também merecem estar nos lugares da tomada de decisão, visto que a política é uma atividade humana onde nenhum ser humano independente de suas características biológicas é impedido de a exercer, e cada ser humano é ou não importante para o desenvolvimento dessa atividade, então excluir uma pessoa na política guineense por ser de gênero feminino impõe ao desenvolvimento e a liberdade de escolha que é um direito de todos seres humanos.

Na terceira interrogação, a maioria delas mostraram que têm interesse em exercer um cargo político para ajudar no desenvolvimento da Guiné-Bissau, nessa algumas expressaram querendo ser ministra de saúde, de agricultura, etc... as outras disseram que não têm interesse, exprimindo assim que, nunca sonham com nenhum cargo político, e muito menos trabalhar com mecanismos ligados diretamente ao estado ou de política partidário, ainda ressaltam de que se aparecer uma situação que poderiam ajudar, abrindo as mãos dos seus desgosto e aprender a tentar gostar para ajudar com a mudança no país. Algumas delas ficaram neutras salientando que não têm interesse por enquanto.

Na quarta indagação A maioria das meninas responderam que as suas motivações para uma possível participação política na Guiné-Bissau é de começar a perspectivar e pensar nas possíveis mudanças que podem levar o país em certo nível de desenvolvimento, como no caso de tomar medidas para o avanço do país, por exemplo,

área da saúde, é um setor que precisa ser organizada, políticas públicas precisam ser implementadas para melhorar a caracterização do estado de saúde da população Guineense e não só mas para todo setor do desenvolvimento sustentável na qual abrangerá toda a esfera social.

Compreende-se que no quinto questionamento a maioria das mulheres se consideram capazes de cumprir um cargo político porque tiveram oportunidades de viver muitas experiências a nível organizacionais, sem dizer que estão no ensino superior e ainda têm vontade de continuar a estudar e viver mais experiências no âmbito organizacional, e mostraram que têm valores necessários para serem boas dirigentes, mostraram que suas contribuições serão focados na educação, ajudando a população guineense com uma educação gratuita e de qualidade.

Este presente projeto é feito com amostra de estudantes guineenses que já têm noção do que é política, o objetivo desta pesquisa é compreender a participação das pessoas da camada feminina dentro de política, qual posição conseguem ocupar e o motivo do interesse pela política.

Este teste piloto foi apresentado em caráter experimental e foi aplicado a um pequeno número de participantes. O objetivo do teste piloto, em nosso projeto, foi avaliar aspectos funcionais, tais como acertabilidade, estruturação, clareza nas questões, de modo a advertir ou melhorar eventuais dificuldades, antes da aplicação definitiva. Assim, com a execução deste teste percebemos que há uma necessidade de ampliação das questões com o intuito de atingir respostas mais concretas ou que possam oferecer dados estatísticos.

Por fim, compreendemos que o projeto será muito essencial em ajudar as pessoas que estão interessadas a trabalharem com este presente assunto que é a participação da mulher no âmbito político. O governo deve sempre focar em ajudar a sensibilizar e incentivar a população guineense, principalmente pessoas de camada feminina, sobre a importância que as suas participações podem dar dentro do contexto político e social guineense.

Este projeto visa contribuir para que as pessoas entendam melhor a relevância da ocupação da mulher dentro da política, e ainda vai abrir portas para muitas reflexões sobre o tema. Como mulher, me sinto muito honrada em abordar o referido conteúdo e representar as mulheres que, de alguma forma, atuam na política ou têm interesse em atuar. Esta pesquisa piloto era para entendermos sobre o tema, mas no decorrer do

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Sofia Carvalho de. **A rádio como instrumento pedagógico de difusão dos Direitos Humanos: a mobilização política da mulher guineense**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo, Política e História Contemporânea) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ciências da Comunicação e da Cultura, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5507/tesesofiadealmeida_jornalismo_politicaehistoriacontemporanea.pdf?sequence=1>. Acesso: 18 mar. 2018.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **A Participação das Mulheres na política e na tomada de Decisão na Guiné-Bissau da Consciência: percepção a prática política**. Bissau: UNIOGBIS, 2013.

DUARTE, Adelsia de Jesus Mendes Almeida. **Direitos das Mulheres em Cabo Verde (1991-2011): análise a partir do Plano Nacional de Igualdade Equidade de Gênero**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/299/1/ADELSIA_DUARTE.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Patrícia Godinho. As Outras Vozes: Percursos femininos, Cultura política e Processos Emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista Odeere**, UESB, Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, v. 1, n. 1, p. 121-145, jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/viewFile/5722/5524>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS (LGDH). **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012**. Bissau: LGDH, 2013.

Disponível em: <<http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situacao-dos-direitos-humanos-2012-VF.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PROGRAMA DE APOIO AOS ATORES NÃO ESTATAIS - UNIÃO EUROPEIA (UE-PAANE). Manual de Igualdade Equidade de Género. http://www.ue-paane.org/files/4314/6056/6939/17_Manual_Igualdade_e_Equidade_de_genero.pdf acessado em 3 Julho de 2019 as 16:39 MANUAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2015.

LOPES, Cátia Sofia Nobre, 2011 **Papel da Mulher no Microcrédito na Guiné-Bissau – Estudo de Caso em Pitche e em Pirada**
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6363/1/DM-CSNL-2013.pdf> acessado 3 de julho 2019.

NHAGA, Jacinira Carlos, UC/PPCE-2016 **Histórias de mães adolescentes na Guiné-Bissau: contributo para a construção de um modelo intercultural da gravidez na adolescência**
[file:///C:/Users/Iva/Downloads/AMINATA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Iva/Downloads/AMINATA%20(1).pdf) acesso 26 de Agosto 2019.